



COORDENADORIA DE CONSULTAS E ESTUDOS TRIBUTÁRIOS

Requerente: SESI-RJ – Serviço Social da Indústria

End. p/ correspondência: Av. Graça Aranha, 1, 8º andar, Centro, 20030-002

Inscrição: 00.589.241

Assunto: Imunidade ao ISS para instituição de assistência social (solicita)

ISS. Imunidade. Instituição de assistência social. Deferimento.

*É imune ao ISS a instituição de assistência social enquanto atenda aos requisitos da lei.*

Processo 04/369446/1999 – Livro \_\_\_\_\_

Senhora Diretora,

O requerente, alegando tratar-se de instituição de assistência social sem fins lucrativos, solicita o reconhecimento de imunidade ao Imposto sobre Serviços (ISS) para os estabelecimentos do requerente, com base no item “c” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

PARECER

A Constituição Federal de 1988, no art. 150, VI, “c”, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Dispõe, contudo, o § 4º deste artigo que: “as vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas”.

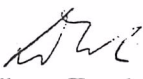
O texto constitucional busca beneficiar, com o privilégio da imunidade, aquelas instituições voltadas exclusivamente ao bem público, ao interesse geral da coletividade, nascidas do espírito de cooperação com os Poderes Públicos em suas atividades específicas. Dentro deste entendimento podemos considerar que a atuação do Estado na criação e manutenção da instituição requerente a habilitaria a pleitear o benefício constitucional citado **apenas para as receitas oriundas de filiados ao sistema indústria**. As receitas de serviços prestados à comunidade em geral não estão ao abrigo do dispositivo legal por serem tais serviços equivalentes aos prestados por empresa privada.

Convém acrescentar, entretanto, que o Código Tributário Nacional estabelece que o privilégio da imunidade é subordinado à observância dos requisitos definidos no art. 14 pelas entidades assim beneficiadas. A posterior verificação do subsequente atendimento destes requisitos é de competência do órgão incumbido de administrar o tributo, que verificará, também, o atendimento ao § 4º do art. 150 da CF/88. Lembramos que o art. 48 da Lei nº 691/84 estabelece que os prestadores de serviço, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias.

Em face do exposto, propomos o deferimento do pedido de reconhecimento de imunidade ao ISS para as receitas provenientes dos participantes do sistema indústria para serviços educacionais e de saúde dos estabelecimentos em tela.

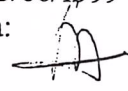
À superior consideração de V.Sª.

F/CET-1, em 23 de junho de 2000.

  
Débora Torok  
Fiscal de Rendas  
Mat. 10/145935-3



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Processo: 04/369630/1999  
Data: 23/06/1999 Fls.: 69  
Rubrica: 

COORDENADORIA DE CONSULTAS E ESTUDOS TRIBUTÁRIOS

Requerente: SESI-RJ — Serviço Social da Indústria

End. p/ correspondência: Av. Graça Aranha, 1, 8º andar, Centro, 20030-002

Inscrição: 00.589.241

Assunto: Imunidade ao ISS para instituição de assistência social (solicita)

ISS. Imunidade. Instituição de assistência social. Deferimento.

*É imune ao ISS a instituição de assistência social enquanto atenda aos requisitos da lei.*

Processo 04/369446/1999 – Livro \_\_\_\_\_

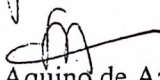
**DECISÃO**

Com base no parecer de fls. 68, DEFIRO o pedido de reconhecimento de imunidade do Requerente ao Imposto sobre Serviços (ISS), incidente sobre as receitas provenientes dos participantes do sistema indústria para serviços educacionais e de saúde dos estabelecimentos do requerente.

O presente reconhecimento não gera direito adquirido e poderá ser cancelado de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer os requisitos necessários à sua concessão, cobrando-se o crédito com todos os acréscimos legais.

Cientifique-se.

F/CET-1, em 26 de junho de 2000.

  
Sandra Aquino de Azambuja  
Diretora da F/CET-1 – Matr. 11/088081-5